



**I CONGRESSO INTERNACIONAL E III CONGRESSO NACIONAL
AFRICANIDADES E BRASILIDADES: LITERATURAS E LINGUÍSTICA
29, 30 DE NOVEMBRO E 01 DE DEZEMBRO DE 2016
UFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

GT2 Africanidades e Brasilidades em Educação

**EXCLUSÃO E REPRESENTATIVIDADE: O NEGRO NO LIVRO
DIDÁTICO DE HISTÓRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.**

Marília de Oliveira Costa*

Kassandra da Silva Muniz**

Resumo: Este trabalho visa investigar a existência de transformações na representação do negro nos livros didático de história entre as primeiras décadas do século XX e início do século XXI. Nesta comunicação, enfatizaremos as primeiras décadas do século XXI, trazendo para discussão principalmente a construção discursiva do mito da democracia racial como composição do imaginário discursivo e social da nação brasileira que é responsável por silenciar as diversas contribuições dos povos negros e indígenas.

Palavras chaves: Livro didático, população negra, Currículo

*Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Email: mariliatec@hotmail.com.

** professora adjunta do Depto. de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto. Email: kassymuniz@gmail.com.

Introdução

Este presente artigo é fruto das primeiras leituras da pesquisa, no campo da história, que busca analisar mudanças e continuidades no discurso sobre o negro no livro didático de história das primeiras décadas do século XX com as primeiras décadas do século XXI. Levando em consideração leis e políticas de inclusão da história e cultura da população afro-brasileira.

Para sua escrita, parti da hipótese de que a população negra desde o processo de abolição da escravidão no Brasil é negligenciada e inviabilizada em currículos e materiais didáticos espalhados por todo país. O que acaba por negar o direito a essa população de conhecer e entender mais sobre suas origens, sua história e suas importantes contribuições nas diversas instâncias da sociedade.

Vale ressaltar que a falta de visibilidade imposta por um currículo elitista e eurocêntrico contribui diretamente na perpetuação de uma cultura discriminatória e racista.

Para o debate, que nesse texto tem apenas caráter teórico, levo em consideração a ligação entre as teorias de mestiçagem e a construção do chamado “mito da democracia racial” na elaboração de uma concepção muito difundida de hierarquização das raças. Essa hierarquização vai contribuir diretamente para o apagamento e a marginalização em especial da população negra.

Por fim, levamos em consideração o panorama atual do debate étnico racial na educação e conseqüentemente nos livros didáticos, ressaltando leis como a 10.639/03 e as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

A construção do mito da democracia racial

Já nas primeiras décadas do século XX, na busca do rompimento com o passado tradicional, católico e monárquico fazia-se necessária aproximação do novo país ao “mundo civilizado” e ao discurso científico. É nesse contexto que teorias deterministas, racialistas e eugenistas advindas da Europa vão ter grande influência sobre autores brasileiros da época. Estas com inspiração nas ciências

naturais, e em correntes como o darwinismo social, buscavam explicar as dispareas diferenças entre povos e nações.

“É certo que o conhecimento e a aceitação desses modelos evolucionistas e darwinistas sociais por parte das elites, intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e da civilização” (SCHWARCZ, 2005: p 34)

Se as novas teorias não viam com bons olhos a mestiçagem brasileira, essas passaram a ter que se adaptar a um cenário de especificidades de país extremamente miscigenado. Dessa forma, ideia de mestiçagem passa ser positivada, à medida que se acreditava que por meio desta em longo prazo seria possível o branqueamento da população.

Gilberto Freyre foi um dos autores mais lido a tratar da temática da mestiçagem, muito do que se debateu e debate-se até hoje sobre a temática, em grande medida, está descrito em obras como Casa grande & Senzala e Sobrados e Mucambos. Os escritos de Freyre são responsáveis por deslocar o debate de raça para o âmbito da “cultura” ou seja a formação de uma “cultura brasileira única” que abarcava de maneira positiva aspectos das três raças.

Freyre acreditava que a intensa miscigenação que ocorreu no Brasil foi responsável por “amolecer” e trazer equilíbrio sobre diversos antagonismos. O equilíbrio desses antagonismos trouxe algo de inovador e democratizante a então colônia e posteriormente país independente. O colonizador europeu, a mão de obra escrava negra e os costumes indígenas formaram algo único.

“Em vez de ameaça, a mestiçagem foi transformada por Gilberto Freyre em solução para os problemas do Brasil, graças ao legado cultural português. O brasileiro estaria a caminho de produzir uma nova raça através do caminho da miscigenação” (CARNEIRO, 1995 p: 35-36)

Mesmo não sendo de sua autoria, o termo “democracia racial” foi amplamente difundido pelo país e apropriado pelo governo de Getúlio Vargas como apaziguador de tensões e construtor de uma “cultura brasileira”.

A chamada “democracia racial” ao sugerir a convivência pacífica entre as raças no Brasil, foi responsável por camuflar uma realidade racista e desigual, impedindo que as próprias populações negras e indígenas se reconhecessem como classe explorada e marginalizada como coloca Kabengele Munanga :

“Encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites “dirigentes””. (MUNANGA, 2004: p89).

Já na década de cinquenta, no pós-segunda guerra mundial, teorias de cunho eugenistas e de branqueamento passaram por duras críticas em função das expansões dos regimes fascista e nazistas. A UNESCO organização das nações para educação, ciência e cultura passou a preocupar-se com o combate a discriminação racial nesse contexto, o país da “igualdade racial” proposto por Gilberto Freyre começa a despertar interesse dos estudiosos.

Patrocinados pela UNESCO, nomes como do pesquisador Frances Roger Bastide e do sociólogo Florestan Fernandes vão ser encarregados de entender como se davam as relações raciais no país. Estes vão comprovar de maneira empírica que a tese de Freyre sobre a convivência pacífica entre as raças no Brasil era equivocada bem como, haviam claras e discrepantes desigualdades raciais

“Em consequência, temos de admitir que o mito da democracia racial fomenta outros mitos paralelos, que concorrem para esconder ou “enfaturar a realidade”, e que estes mitos são perfilhados sem base objetiva, mesmo pelos “negros” e pelos “mulatos” (FERNANDES, 1972: p10)

Os estudos de Florestan Fernandes concentrados na cidade de São Paulo vão buscar entender a realidade socioeconômica da população negra na sociedade moderna. Seus estudos vão indicar a existência do preconceito racial e que esse inclusive tem ligação direta com a condição social da população negra. (1965:1) Fernandes ainda vai indicar que as transformações histórico-sociais pelas quais o país passou leia-se abolição e república em muito pouco ajudaram a ordenação das relações raciais herdadas do antigo regime.

Desse modo, a igualdade racial pregada por Freyre ainda estaria por ser construída segundo Florestan Fernandes, e mesmo com estudos posteriores e a luta do movimento negro, ainda há grande consenso na sociedade sobre o mito da democracia racial. Isso atinge diretamente população negra, principalmente no que diz respeito à educação e formação de material didático livre de preconceitos e estereótipos.

A Representação do negro e as políticas de educação.

Desde o processo de redemocratização e início da década de noventa, as pautas que tratam das noções de cultura, diversidade cultural e relações étnico-raciais passaram a fazer parte de agendas do MEC de maneira mais concreta.

Existia uma preocupação de movimentos sociais que lutavam pelos direitos das populações negras e indígenas sobre o papel da escola nesse processo. A escola deveria ter a função de fomentar as mudanças nos paradigmas racistas, para a construções positivas das representações desses sujeitos.

O texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) que foram aprovados em 1997, já definiam como tema transversal a ser trabalhado no ensino fundamental a “Pluralidade Cultural” de maneira a desconstruir a ideia de cultura brasileira uniforme.

De fato, essa concepção de uma cultura uniforme é uma construção fortemente enraizada na produção de material didático no Brasil e faz parte de uma das representações mais comuns da chamada identidade brasileira. Uma identidade que se construiu a partir de percepções convergentes, eruditas e populares, da efetividade de uma cultura brasileira. Ou seja, a uma cultura brasileira mestiça corresponderia uma identidade brasileira igualmente mestiça, sem conflitos, hierarquias e diferenças. O texto dos PCNs enfatiza o papel homogeneizador dessa formulação anterior, que encobria com o silêncio, entre outras diferenças, uma realidade de discriminação racial reproduzida desde cedo no ambiente escolar (Brasil, 1998: 15)

Nos textos dos PCN´s não havia propostas específicas para trabalhar a educação para as relações étnico-raciais, porem, a temática representava um importante pano de fundo no que diz respeito à pluralidade cultural.

A lei 10.639 aprovada em 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, e com base nessa, o documento das

Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, visavam de maneira mais efetiva o debate das relações raciais no Brasil e o combate ao racismo.

As diretrizes se propõem a ser um documento que atenda a demanda educacional da população afro-brasileira através de políticas de reparação e reconhecimento de sua cultura e identidade

“Ao refletir sobre a educação das relações étnico-raciais e a sua vinculação ao processo ensino-aprendizagem em história contribui-se para a compreensão do atual estágio em que se encontra o ensino da disciplina no país assim como das ações governamentais em favor do reconhecimento e da valorização da diversidade da história e da cultura brasileira. Parte-se do pressuposto de que a interface entre educação das relações étnicoraciais e ensino de História possibilita meios para conscientização da importância de grupos como os remanescentes de nações indígenas e os afro-brasileiros, por exemplo, na construção do Brasil, à medida que conteúdos e saberes próprios e relativos às suas especificidades terão lugar nas” atividades escolares. Assim, ressalta-se a importância da promoção de tal conhecimento, tendo em vista a promoção de uma sociedade democrática, cidadã e historicamente consciente. (Azevedo, 2011:175)

O texto das Diretrizes propõe em seus princípios instituídos a desconstrução de conceitos que fazem referência a teorias de branqueamento e ao chamado “mito da democracia racial”. Desde o período colonial as cores tiveram um caráter de hierarquização social, onde negros mesmo alforriados eram tratados de maneira inferior e ainda hoje são a maior parcela da população vítima de violência policial. Dessa forma, o texto das Diretrizes tenta entender tal realidade, e vai para além de classificações tradicionais, nesse caso o que conta é auto-identificação.

No que diz respeito aos livros didático de História, utilizados nas escolas públicas brasileiras, e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) implementado pelo governo Federal, é responsável pela distribuição e avaliação em todo território nacional. O desenvolvimento do PNLD na década de noventa e primeiras

décadas do século XXI tem acompanhado, de certa forma, as mudanças na legislação educacional.

Segundo o PNDL de 2015, para disciplina de História, se mantém a opção didática de trabalhar os acontecimentos históricos a partir de uma perspectiva linear e factual:

“No que diz respeito às formas de organização dos conteúdos, classificamos as coleções aprovadas em “integradas” e “temáticas”. Todas, entretanto, explicitam a trajetória das sociedades humanas no tempo, ou seja, empregam a clássica cronologia, dos primeiros agrupamentos humanos à globalização, por exemplo”.(BRASIL, 2014: p22)

Ou seja, pouco se leva em conta as continuidades e descontinuidade entre passado e presente e suas relações, assim como, criam-se poucas mediações entre as diversas culturas.

No caso da população negra, o que chega ao aluno no livro didático de história é a representação estereotipada do negro da senzala, o negro escravo ligado ao trabalho braçal e a marginalização.

“A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações” (SILVA, 2005:22).

Há ainda, no que toca nossos livros didáticos, o apagamento dos conflitos de discurso. Ou seja, há hegemônica visão linear de uma historiografia, na qual, a história e cultura africana são “enxertadas” de maneira alegórica, extremamente exótica, e pontuadas apenas na marginalidade da cultura brasileira. Tais permanências ainda demonstram a força da ideologia da democracia racial nos materiais didáticos de maneira em geral.

Considerações Finais

Após análise da bibliografia apontada no artigo e mesmo sem entrar diretamente numa análise de livro didático podemos fazer algumas considerações.

É notável que mesmo depois da implementação de políticas com caráter de lei, para a inclusão e aplicação das demandas de história e cultura africana e afro-brasileira, a realidade ainda está longe do ideal. O negro ainda representa pouco ou quase nada no que diz respeito à elaboração do currículo ou material didático de história.

No que se refere a “democracia racial” e as teorias de mestiçagem, estas nunca foram efetivamente apagadas pela sociedade, o que contribuiu para hierarquização das culturas, colocando sempre a cultura branca do colonizador acima das outras. Quando propagamos uma suposta igualdade racial, que não existe, contribuímos para a continuidade de uma cultura discriminatória e racista. Afinal, como combater o racismo em uma sociedade que não se diz racista?

Dessa forma, os próximos passos para essa pesquisa são: entender o quanto progredimos no que diz respeito a representação, e o quanto dos modelos de materiais didáticos do século passado ainda persistem nos materiais atuais.

Ao comparar os materiais didáticos de duas épocas tão distintas, mas tão relevantes para a população negra, esperamos desvelar o porquê da ainda cristalização de representações negativas de negros e negras nos livros didáticos, mas também, mostrar a força dos movimentos sociais para transformar esse currículo.

Referencias Bibliográficas

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Educação para as Relações Étnico-Raciais e Ensino de História na Educação Básica. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/saberes/article/viewFile/1097/933>. Acesso em: 17 de abril de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais/ Temas Transversais. 1998.

___ Guia de livros didáticos: PNLD 2015: História. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014. p.22

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O racismo na História do Brasil: mito e realidade. 2ªed. São Paulo: Ática, 1995.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília.2001.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos, São Paulo, Difel, 1972.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História & ensino de História / Thais Nívia de Lima e Fonseca. – 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, S. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. BH: UFMG, 2003.

MUNANGA, Kabengele.Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica,2004

SILVA, Ana Celia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático.In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. Ed. Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas ,instituições e questão racial no Brasil.São Paulo:Companhia das letras,2005.